

CASO DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CABO DELGADO

Governo desmente envolvimento das FDS

O GOVERNO desmente o envolvimento das Forças de Defesa e Segurança (FDS) no caso da brutalidade cometida contra uma mulher, supostamente em Cabo Delgado, reportada num vídeo de origem desconhecida que tem circulado nos últimos dias, consubstanciando uma clara violação dos Direitos Humanos.

O vídeo mostra um momento em que três homens armados trajados de fardamento das FDS torturam a mulher, antes de alvejá-la à “queima roupa”.

A reacção do Governo emana do ministro Interior, que falava ontem a jornalistas no fim da XXXIV Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada ontem em Maputo.

Amade Miquidade disse que a divulgação de vídeos e imagens do género são uma tentativa de desacreditar as FDS perante a opinião pública. “Queremos garantir, de viva voz, que os actos macabros que têm sido divulgados são acções que visam provocar subversão contra as FDS”, disse o ministro



Amade Miquidade, falando ontem a jornalistas no fim da reunião do Conselho de Ministros

do Interior, avançando que o Governo iniciou um pro-

cesso de investigação para identificar o núcleo de pre-

paração deste tipo de material.

O governante lembrou que esta não é a primeira vez que são manipuladas informações que levam à condenação do país, classificando o acto como macabro, desumano e, por isso, a todos os títulos condenável.

Disse que as forças governamentais têm estado a combater terroristas que nos últimos três anos protagonizam ataques a alvos civis e militares na província de Cabo Delgado.

Conforme notou, em alusão ao vídeo, os terroristas envergam farda similar à do Exército.

Anunciou, sem entrar em detalhes, que o país já solicitou apoio internacional para reforçar a capacidade de resposta aos ataques.

O vídeo está a levantar um movimento de condenação liderado pela sociedade civil moçambicana, tendo a Ordem dos Advogados de Moçambique, por exemplo, apelado ao Governo para investigação o caso e responsabilizar os seus autores.

Algumas organizações da sociedade civil apelam à aplicação do Direito Internacional.